



Prefeitura Municipal de Brejetuba

LEI 778/2018

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA
A ELABORAÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO
DE 2019, E DÁ OUTRAS
PROVIDÉNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJETUBA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SR.
JOÃO DO CARMO DIAS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE
SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

CAPÍTULO I

Art. 1º - O Orçamento do Município de Brejetuba, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2019 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. as Prioridades e Metas da Administração Municipal;
- II. a Estrutura dos Orçamentos;
- III. as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- IV. as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal
- V. as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VI. as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VII. as Disposições Gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017 – STN.

Art. 3º - A Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS da Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017 – STN, 8ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2018.

Art. 4º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a



Prefeitura Municipal de Brejetuba

2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 7º - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo compor-se-á de:

- I. mensagem;
- II. texto de projeto de lei;
- III. consolidação dos quadros orçamentários conforme previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e suas alterações;

CAPÍTULO IV

Brejetuba - Brasil DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 8º - O Orçamento para exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 9º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais



Prefeitura Municipal de Brejetuba

autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 10 - Caso seja necessário efetuar limitação de empenho de dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir a meta de resultado primário, nos termos no artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo expedirá Decreto regulamentando e estipulando os percentuais de limitação, para cada esfera de Poder, discriminando por órgãos, os valores das reduções de cada dotação orçamentária que será objeto da limitação de execução, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 – Para efeitos do artigo 16, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do referido artigo, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 12 – O Orçamento para o exercício de 2019 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (hum por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (Art. 5º III, "b" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso ficar demonstrado que não precisará ser utilizada para sua finalidade até o dia 01 de dezembro de 2019, poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes, observado o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 14 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 15 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades



Prefeitura Municipal de Brejetuba

privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida. (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

§ 2º - Não serão concedidos auxílios, subvenções e contribuições a entidades privadas sem fins lucrativos, que não tenham prestado contas de recursos públicos anteriormente transferidos, ou que não tenham suas contas aprovadas pelos respectivos órgãos de fiscalização.

Art. 16 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 17 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 18 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 19 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 20 - Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 21 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário- financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizado.



Prefeitura Municipal de Brejetuba

Art. 22 - A celebração de convênios para transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, bem como a sua programação na lei orçamentária, estão condicionadas ao cumprimento dos dispositivos legais em vigor.

Art. 23 - A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de 50% (cinquenta por cento) do total do orçamento.

§ 1º - Os créditos adicionais suplementares abertos para cobertura de despesas a serem financiadas com recursos de convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, oriundos das esferas estadual e federal, não serão computados no limite de que trata o caput deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§ 2º - Os créditos adicionais suplementares abertos por Decreto do Poder Executivo, quando destinados às dotações relativas aos serviços da dívida pública, a pessoal civil e a encargos sociais, não onerarão o limite para abertura de créditos adicionais suplementares, previsto na lei orçamentária.

Art. 24 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 25 - As unidades, por meio dos ordenadores, serão responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais autorizados, observados os limites fixados pelo órgão gestor do orçamento municipal, para cada categoria de programação econômica, fonte de recursos, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

Art. 26 - As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 27 - O Poder Legislativo poderá propor emendas à Lei Orçamentária Anual obedecendo às Diretrizes da Lei Orçamentária e às metas do Plano Plurianual.

Art. 28 - As fontes de recurso constarão na lei orçamentária com código próprio que as identifique, conforme a origem da receita.

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Para efeitos do artigo 44, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, as receitas provenientes de alienação de bens poderão ser utilizadas para



Prefeitura Municipal de Brejetuba

atender despesas de obrigações patronais previdenciárias de contribuições e aportes no exercício de 2019.

Art. 31 – A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 – O município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e, no mínimo 15% (quinze por cento) nas ações e serviços básicos de saúde, nos termos do inciso III, do art. 77, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

Art. 36 – As despesas com pagamento de precatórios judiciários correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal de Finanças, conforme plano financeiro nos termos do artigo 100 da CFRB/88.

Art. 37 – A Procuradoria Geral encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 01 de julho de 2017 a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2019, conforme determina o artigo 100, § 1º, da CFRB/88, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de despesas, especificando:

- a. número do processo;
- b. número do precatório;
- c. data de expedição do precatório;
- d. nome do beneficiário;
- e. valor do precatório a ser pago.



Prefeitura Municipal de Brejetuba

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 38 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

Art. 39 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 40 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 41 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II. eliminação das despesas com horas-extras
- III. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 42 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".



Prefeitura Municipal de Brejetuba

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 43 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 44 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 45 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 48 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por Decreto do Executivo.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.



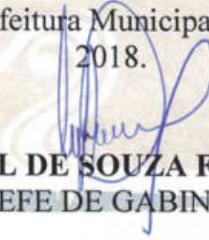
Prefeitura Municipal de Brejetuba

Art. 50 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brejetuba, 17 de agosto de 2018.


JOÃO DO CARMO DIAS
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Brejetuba-ES, em 17 de agosto de 2018.


WENDEL DE SOUZA FONSECA
CHEFE DE GABINETE




Brejetuba - ES - Brasil

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MÉTODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2016					2017					2018					2019					2020				
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	231.645,28	85.281,40	45.436,90	0,00	0,00	0,00	3.629.958,30	4.460.806,49	3.779.734,00	3.940.372,70	4.100.351,83	4.264.775,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	3.629.958,30	4.460.806,49	3.779.734,00	3.940.372,70	4.100.351,83	4.264.775,94	3.682.091,69	4.418.748,45	3.793.933,89	3.955.176,08	4.115.756,23	4.280.798,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo Disponível																									
Haveres Financeiros	9.059,21	63.022,31	26.878,55	28.020,89	29.158,54	30.327,80	61.192,60	20.964,27	41.078,44	42.824,27	44.562,94	45.349,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados																									
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.398.313,02	-4.375.525,09	-3.734.297,10	-3.940.372,70	-4.100.351,83	-4.264.775,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	85.281,40	45.436,90	0,00	0,00	0,00	231.645,28	-4.460.806,49	-3.779.734,00	-3.940.372,70	-4.100.351,83	-4.264.775,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)																									
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-3.629.958,30																								
Resultado Nominal	-1.197.242,50	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)																			
			-830.848,19	681.072,49	-160.636,76	-159.979,13																			

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi determinado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
- * Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2015(R\$ 2.432.715,80).

Brejetuba - ES, 15 de Maio de 2018.

Assinado

JOÃO DO CARMO
DIAS, 47831901787
Data: 2016-05-15
17:09:10 -0300

Autenticado
digitalmente por
ARTHUR CARDOSO
FALLOU, 6121679869
Data: 2018-05-15
17:49:50 -0300

João do Carmo Dias
Prefeito Municipal

Arthur Cardoso Filho
Contador CRC-ES nº 66130/5

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
 2019

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	53.406.025,71	100,00	52.109.664,28	100,00	51.691.397,28	100,00
TOTAL	53.406.025,71	100,00	52.109.664,28	100,00	51.691.397,28	100,00

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.

Assinado
JOÃO DO CARMO
DIAS/6701381787
Data: 2018-05-15
17:54:33 -0300

João do Carmo Dias
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente
por ARTUR CARDOSO
FILHO/6322389060
Data: 2018-05-15
17:54:33 -0300

Artur Cardoso Filho
Contador CRC-ES nº.66130/-5

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
 2019

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	VALORES A PREÇOS CORRENTES				2021	%
				2018	%	2019	%		
Receita Total	33.000.904,07	32.527.545,59	-1,4	33.771.194,00	3,8	34.108.905,94	1,0	35.016.202,85	2,7
Receitas Primárias (I)	32.676.379,95	32.144.161,10	-1,6	33.160.194,00	3,2	33.499.450,94	1,0	34.384.362,68	2,6
Despesa Total	31.795.782,79	31.632.583,63	-0,5	33.771.194,00	6,7	34.108.905,94	1,0	35.016.202,85	2,7
Despesas Primárias (II)	31.637.106,03	31.504.549,75	-0,4	33.719.194,00	7,9	34.056.385,94	1,0	34.982.285,82	2,7
Resultado Primário (III)=(I - II)	1.039.273,92	639.641,35	-38,5	-539.000,00	-184,3	-556.935,00	3,3	-577.383,14	0,0
Resultado Nominal	-1.197.242,50	-850.848,15	-30,6	681.072,49	-192,0	-160.638,70	-123,6	-159.979,13	-0,4
Dívida Pública Consolidada	231.645,28	85.281,40	-63,2	45.436,90	-46,7	0,00	-100,0	0,00	-164.424,11
Dívida Consolidada Líquida	-3.398.313,02	-4.375.525,09	28,8	-3.734.297,10	-14,7	-3.940.372,70	5,5	-4.100.351,83	-4,1

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	VALORES A PREÇOS CONSTAENTES				2021	%
				2018	%	2019	%		
Receita Total	35.316.422,40	33.812.383,64	-4,3	33.771.194,00	-0,1	32.718.375,00	-3,1	32.278.189,50	-1,4
Receitas Primárias (I)	34.963.127,95	33.413.553,46	-4,5	33.160.194,00	-9,7	32.133.765,89	-3,1	31.596.252,24	-1,4
Despesa Total	34.026.745,43	32.362.860,36	-3,3	33.771.194,00	2,6	32.718.375,00	-3,1	32.278.189,50	-1,4
Despesas Primárias (II)	33.856.933,67	32.748.948,28	-3,3	33.719.194,00	3,0	32.667.906,11	-3,1	32.228.488,19	-1,4
Resultado Primário (III)=(I - II)	1.112.194,89	664.907,18	-40,2	-539.000,00	-161,1	-534.230,22	0,6	-532.235,96	-0,0
Resultado Nominal	-1.281.247,38	-863.666,69	-32,6	681.072,49	-173,9	-154.089,88	-122,6	-147.469,92	-4,3
Dívida Pública Consolidada	247.893,74	88.050,02	-64,2	46.436,90	-46,8	0,00	60,0	0,00	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-3.636.756,67	-4.548.358,33	25,1	-3.734.297,10	-17,9	-3.779.734,00	1,2	-3.779.734,00	0,0

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

	2018	2019*	2020*	2021*
Valor Corrente x 1.0702	2,95	3,95	4,25	4,06

VALORES DE REFERÊNCIA

Valor Corrente x 1.0900	Valor Corrente / 1.0426	Valor Corrente / 1.0348	Valor Corrente / 1.1283
-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.
 * Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

Assinado em 15/05/2018
 João do Carmo Dias
 DSC-4791-01767
 Data: 2018-05-15
 17:02:51-0300

João do Carmo Dias

Prefeito Municipal

Assinado em 15/05/2018
 Artur Cardoso
 FILHO 6322896100
 Data: 2018-05-15
 17:03:03-0300

Artur Cardoso Filho
 Contador CRC-ES nº.66130/-5

PREFEITURA DE BREJETUBA
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2019

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

	PASSIVOS CONTINGENTES	2019	PROVIDÊNCIAS	2019
	Identificação dos Riscos		Providência	
1	Demandas Judiciais	50.000,00	Cred. Adic. por Anulação de Det. Orgânica parte da Reserva de	50.000,00
	Demandas Trabalhistas	50.000,00	Cred. Adic. por Anulação de Det. Orgânica parte da Reserva de	50.000,00
5	Assistências Diversas	40.000,00	Cred. Adic. por Anulação de Det. Orgânica	40.000,00
	Epidemias	40.000,00	Cred. Adic. por Anulação de Det. Orgânica	40.000,00
6	Outros Passivos Contingentes	400.000,00	Cred. Adic. por Anulação de Det. Orgânica	400.000,00
	Outros Tipos de Passivos Contingentes	400.000,00	Cred. Adic. por Anulação de Det. Orgânica	400.000,00
	SUBTOTAL	490.000,00	SUBTOTAL	490.000,00
	DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
	Identificação dos Riscos		Providência	
10	Outros Riscos Fiscais	60.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de	60.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
	TOTAL	550.000,00	TOTAL	550.000,00

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2019.

JOÃO DO CARMO
 DIAS, 47/03/1901/707

Assinado digitalmente
 por JOÃO DO CARMO
 Data: 2019/05/15
 11:01:40 -03:00

João do Carmo Dias
 Prefeito Municipal

Assinado digitalmente
 por ARTUR CARDOSO
 FILHO, 43/2265/0000
 Data: 2019/05/15
 11:01:40 -03:00

Artur Cardoso Filho
 Conselheiro CRC-ES nº 6613/N-5

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	355.669,57	231.645,28	85.281,40	45.436,90	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	355.669,57	231.645,28	85.281,40	45.436,90	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)							
Alvo Disponível	2.788.385,37	3.629.958,30	4.460.806,49	3.779.734,00	3.940.372,70	4.100.351,83	4.264.775,24
Haverços Financeiros	3.280.961,54	3.082.091,69	4.418.748,45	3.793.933,89	3.955.176,98	4.115.756,23	4.280.793,05
(-) Restos a Pagar	8.554,14	9.059,21	63.022,31	26.878,55	29.020,89	29.158,54	30.327,80
501.130,31	61.192,60	20.964,27	41.078,44	42.824,27	44.562,94	46.349,94	
Dívida Consolidada Líquida	-2.432.715,80	3.333.313,02	-4.375.525,99	3.734.237,10	-3.946.379,70	-4.100.351,83	-4.264.775,94

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.

João da Carmo Dias
 Prefeito Municipal

Arthur Carrazzo Filho
 Conselheiro CRC/ES nº 309.5

Assinado
 digitalmente por:
 ARTHUR CARAZZO FILHO
 RG: 15.940-2
 CNP: 6372869000
 Data: 26/05/2018
 IP: 10.10.18.0200

Assinado
 digitalmente por:
 JOÃO DA CARMO DIAS
 RG: 17831961747
 CNP: 36.01.83.18
 Data: 26/05/2018
 IP: 10.10.18.0200

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2019

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas			II - Metas Realizadas			Variação (II - I)	
	2017 (a)	% PIB	% RCL	2017 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	35.899.500,00	0,031	0,282	32.527.545,59	0,028	0,319	-3.371.954,41	-9,39
Receitas Primárias (I)	35.290.500,00	0,030	0,285	32.144.161,10	0,027	0,315	-3.154.338,90	-8,93
Despesa Total	35.899.500,00	0,031	0,489	31.652.583,63	0,027	0,311	-4.246.916,37	-11,83
Despesas Primárias (II)	35.728.500,00	0,030	0,288	31.504.519,75	0,027	0,309	-4.223.980,25	-11,82
Resultado Primário (III)=(I - II)	-430.000,00	0,000	-0,003	639.641,35	0,001	0,006	1.069.641,35	-248,75
Resultado Nominal	-175.918,50	0,000	-0,003	-830.848,19	-	0,006	-654.929,69	372,29
Dívida Pública Consolidada	125.000,00	0,000	0,001	85.281,40	0,000	0,001	-39.718,60	-31,77
Dívida Consolidada Líquida	-1.794.868,50	-	-0,014	-4.375.525,09	-	-0,043	-2.580.656,59	143,77

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2017	117.477.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2017	117.477.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2017	12.405.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2017	10.191.000.000,00

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.

Assinado
JOÃO DO CARMO
DIAS-47631601787
Data: 2018-05-15
17:03:04-03:00

João do Carmo Dias
Prefeito Municipal

Assinado
ARTHUR CARDOSO
PFL09-C071899390
Data: 2018-05-15
19:03:37-03:00

Arthur Cardoso Filho
Contador CRC-ES nº.56130/5

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA	PREVISÃO	
	2016	2017	2018		2020	2021
RECEITAS CORRENTES				32.896.194,00	33.225.155,94	34.708.945,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	32.268.504,07	32.426.945,59	32.896.194,00	34.526.312,00	35.012.832,14	35.012.832,14
CONTRIBUIÇÕES	1.576.923,63	1.390.156,13	1.511.200,00	1.526.312,00	1.566.914,90	1.606.435,07
RECEITA PATRIMONIAL	299.688,39	302.126,29	350.000,00	353.500,00	362.903,10	372.529,03
RECEITA DE SERVIÇOS	324.524,12	282.784,49	386.000,00	389.860,00	400.220,28	410.836,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	156.000,00	0,00	3.000,00	3.030,00	3.110,60	3.193,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.650.354,12	34.147.880,42	34.254.494,00	34.597.038,94	35.517.320,10	36.459.529,16
RECEITAS DE CAPITAL	157.213,33	159.190,54	232.500,00	234.825,00	241.071,35	247.459,74
ALIENAÇÃO DE BENS	732.300,00	100.600,00	875.000,00	883.750,00	907.257,75	931.310,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	100.600,00	205.000,00	207.050,00	212.557,53	216.190,36
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	732.300,00	0,00	669.000,00	666.600,00	684.331,56	702.467,35
DÉDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-3.586.999,27	-3.855.200,28	-3.841.500,00	-3.379.410,00	-3.032.505,34	-4.055.141,47
Total	32.900.904,07	32.527.545,59	33.771.194,00	34.193.905,94	35.016.202,86	35.344.137,22

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.

Assinado
Na Intendência por:
Arthur Cardoso Filho
Município de Brejetuba
Data: 26/05/2018 05:15
17.351.33 - 0300

João do Carmo Dias
Prefeito Municipal

Assinado
Na Prefeitura por:
Arthur Cardoso Filho
Município de Brejetuba
Data: 26/05/2018 05:15
17.351.33 - 0300

Arthur Cardoso Filho
Contador CRC-ES nº. 661.307-5

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo I - Metas Anuais
 2019

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a)	% PIB x 100 (a/PIB)	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b)	% PIB x 100 (b/PIB)	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c)	% PIB x 100 (c/PIB)
Receita Total	34.108.905,94	32.718.375,00	0,028	0,313	35.016.202,85	32.278.189,30	0,028	35.944.132,22	31.856.130,55
Receitas Primárias (I)	33.499.450,94	32.133.765,89	0,027	0,307	34.384.902,68	31.696.252,24	0,027	35.230.407,70	31.226.755,52
Despesa Total	34.106.905,94	32.718.375,00	0,026	0,313	35.016.202,85	32.278.189,30	0,026	35.944.132,22	31.856.130,55
Despesas Primárias (II)	34.056.365,94	32.667.996,11	0,028	0,312	34.962.285,82	32.228.486,19	0,028	35.386.786,39	31.367.679,35
Resultado Primário (III=I-II)	-556.935,00	-534.230,22	0,000	-0,005	-577.382,14	-532.235,96	-0,001	-593.378,69	-550.324,82
Resultado Nominal	-160.638,70	-154.039,88	0,000	-0,002	-159.379,13	-147.469,92	0,000	-164.424,11	-145.723,81
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Dívida Geral Líquida	-3.940.372,70	-3.779.734,00	-0,003	-0,038	-4.100.351,33	-3.779.734,00	-0,003	-4.264.775,94	-3.773.734,01
Recolhas Primárias adquiridas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
PIB real (crescimento % anual)	2,83	2,66	2,65
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,37	3,42	3,47
Inflação media (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,25	4,06	4,01
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	123.990.000.000,00	127.289.000.000,00	130.662.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	10.506.000.000,00	11.370.000.000,00	11.831.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2019	2020	2021
Valor Corrente / 1,0425	Valor Corrente / 1,0848	Valor Corrente / 1,1283

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.

Assinado digitalmente
 Por JOÃO DO CARMO
 DIAS, 47831901787
 Data: 2018/05/15
 17:42:26 -0300

João do Carmo Dias

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente
 Por JOÃO DO CARMO
 DIAS, 47831901787
 Data: 2018/05/15
 17:42:26 -0300

Artur Cardoso Filho
 Contador CRC-ES nº. 66120/5

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2019

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	100.600,00	0,00	111.200,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100.600,00	0,00	111.200,00

DESPESAS REALIZADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IId)+IIih)	(h)=((Ib-IIe)+IIIi)	(i)=(Ic - IIf)
	211.600,00	111.200,00	111.200,00

Brejetuba - ES, 15 de maio de 2018.

Assinado
Digitalmente por:
JOAO DO CARMO DIAS
DIAS/47837/01737
Data: 2018-05-15
17:01:40 -0300

João do Carmo Dias
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente
por ARTHUR
CARDOSO
FILHO/63128890600
Data: 2018-05-15
17:01:12 -0300

Arthur Cardoso Filho
Contador CRC-ES nº.66130/5

PREFEITURA DE BREJETUBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

DESPESAS CORRENTES (I)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	30.493.598,04	
2017	30.255.282,66	-0,76
2018	32.486.344,00	7,37
2019	32.811.207,44	1,00
2020	33.683.985,56	2,66
2021	34.576.611,17	2,65

Nota:

DESPESAS CORRENTES (I)

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	17.414.358,16	
2017	16.717.352,55	-4,00
2018	17.730.740,00	6,06
2019	17.908.047,40	1,00
2020	18.384.401,46	2,66
2021	18.871.588,10	2,65

Nota:

Pessoal e Encargos Sociais

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	17.414.358,16	
2017	16.717.352,55	-4,00
2018	17.730.740,00	6,06
2019	17.908.047,40	1,00
2020	18.384.401,46	2,66
2021	18.871.588,10	2,65

Nota:

Aplicações Diretas

PREFEITURA DE PREJETUBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	13.079.239,88	
2017	13.537.930,11	3,51
2018	14.753.604,00	8,98
2019	14.901.140,04	1,00
2020	15.297.510,37	2,63
2021	15.702.894,39	2,65

Nota:

Outras Despesas Correntes

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	13.079.239,88	
2017	13.537.930,11	3,51
2018	14.753.604,00	8,98
2019	14.901.140,04	1,00
2020	15.297.510,37	2,63
2021	15.702.894,39	2,65

Nota:

Aplicações Diretas

DESPESA DE CAPITAL (II)

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	1.302.184,75	
2017	1.397.300,97	7,30
2018	944.850,00	-32,43
2019	954.299,50	1,00
2020	979.582,84	2,63
2021	1.005.644,44	2,65

Nota:

DESPESA DE CAPITAL (II)

PREFEITURA DE BREJETUBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	1.143.507,99	
2017	1.249.237,09	9,25
2018	894.850,00	-28,37
2019	903.798,50	1,00
2020	927.839,54	2,66
2021	952.427,29	2,65

Nota:

Investimentos

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	1.143.507,99	
2017	1.249.237,09	9,25
2018	894.850,00	-28,37
2019	903.798,50	1,00
2020	927.839,54	2,66
2021	952.427,29	2,65

Nota:

Aplicações Diretas

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	158.676,76	
2017	148.063,28	-6,59
2018	50.000,00	-66,23
2019	50.500,00	1,00
2020	51.843,30	2,66
2021	53.217,15	2,85

Nota:

Amortização da Dívida

PREFEITURA DE BREJETUBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.e - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

Aplicações Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	158.678,78	
2017	148.063,88	-6,69
2018	60.000,00	-55,23
2019	50.500,00	1,00
2020	51.843,30	2,66
2021	53.217,15	2,65

Nota:

Aplicações Diretas

Assinado
digitalmente por
JOAO DO CARMO
DIAS:47831901787
Data: 2018.05.15
17:07:23 -0300

Assinado digitalmente
por ARTUR CARDOSO
FILHO:63226890600
Data: 2018.05.15
17:07:38 -0300

MUNICÍPIO DE BREJETUBA - CONSOLIDADO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

JOÃO DO CARMO
 DIAS:47831901787

Assinado digitalmente
 por JOÃO DO CARMO
 DIAS:47831901787
 Data: 20/05/15
 17:05:03 -03:00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

III - Resultado Primário

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)						
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	32.268.604,07	32.426.945,59	32.896.194,00	33.225.155,94	34.108.345,10	35.012.832,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	32.268.604,07	32.426.945,59	32.896.194,00	33.225.155,94	34.108.345,10	35.012.832,14
Contribuições	1.390.923,63	1.511.200,00	1.526.312,00	1.566.911,90	1.608.435,07	
Receita Patrimonial	299.688,39	302.426,29	350.000,00	353.500,00	362.593,10	372.520,03
Aplicações Financeiras (II)	324.524,12	282.784,49	386.000,00	389.860,00	400.239,28	410.836,38
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	402.405,00	418.742,64	435.534,22
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	-12.545,00	-18.512,36	-24.657,84
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	156.000,00	0,00	3.000,00	3.030,00	3.110,60	3.193,03
Outras Receitas Correntes	33.650.354,12	34.147.880,42	36.294.494,00	34.557.938,94	35.647.923,10	36.458.529,16
Outras Receitas Correntes	157.213,08	159.149,54	232.500,00	234.825,00	241.671,35	247.459,74
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS						
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	32.144.161,10	32.510.194,00	32.822.750,94	33.650.402,46	34.537.297,92	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	732.300,00	100.600,00	883.750,00	907.257,75	931.300,00	
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	400.600,00	205.000,00	207.050,00	212.457,53	214.150,20
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	732.300,00	0,00	650.000,00	666.603,00	684.271,56	702.466,35
Outras Recaladas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	732.300,00	0,00	670.000,00	672.700,00	694.709,22	713.109,78
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LIQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	32.676.379,95	32.144.161,10	33.180.194,00	33.429.450,94	34.320.902,68	35.290.407,70
RECEITA TOTAL	33.090.904,07	32.527.545,59	33.771.194,00	34.108.345,94	35.012.832,14	35.944.122,22
DESPESSAS CORRENTES (X)						
Pessoal e Encargos Sociais	30.493.598,04	30.255.282,66	32.486.304,00	32.811.267,44	32.683.095,56	34.576.616,17
Juros e Encargos da Dívida (XI)	17.414.358,16	16.717.352,55	17.730.740,00	17.908.047,40	18.384.401,45	19.871.588,10
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	2.000,00	2.020,00	2.073,73	2.128,68
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	13.079.239,88	13.537.930,11	14.753.604,00	14.901.140,04	15.297.510,37	15.702.634,39
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	30.493.598,04	30.255.282,66	32.484.344,00	32.809.187,44	33.681.911,83	34.574.482,49
Investimentos Financeiros	1.302.184,75	1.397.300,97	944.850,00	954.298,50	979.562,64	1.005.644,44
Transferência de Capital	1.143.507,99	1.249.237,09	894.850,00	903.798,50	927.839,54	952.427,29
Amortização da Dívida (XIV)	158.676,76	148.063,88	50.000,00	50.500,00	51.843.30	53.217,15
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.143.507,99	1.249.237,09	894.850,00	903.798,50	927.839,54	952.427,29
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	340.000,00	343.400,00	352.534,45	361.876,61
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI-a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LIQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	31.637.106,03	31.504.519,75	33.719.194,00	34.056.385,94	34.962.285,82	35.888.786,39
DESPESA TOTAL	31.795.782,79	31.652.583,63	33.771.194,00	34.108.905,94	35.016.202,85	35.944.132,22
Resultado Primário (IX - XVII)	1.039.273,92	639.641,35	-539.000,00	-556.935,00	-577.383,14	-598.378,69

PREFEITURA DE BREJETUBA
 ESTADO DO ESPIRITO SANTO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I.a - RECEITAS
 Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	1.576.923,63	
2017	1.390.156,13	-11,84
2018	1.511.200,00	8,71
2019	1.526.312,00	1,00
2020	1.566.911,20	2,66
2021	1.602.435,07	2,65

Nota:

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

CONTRIBUIÇÕES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	299.688,39	
2017	302.126,23	0,81
2018	350.000,00	15,85
2019	353.500,00	1,00
2020	362.303,10	2,66
2021	372.520,03	2,65

Nota:

CONTRIBUIÇÕES

RECEITA PATRIMONIAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	324.524,12	
2017	282.784,49	-12,86
2018	386.000,00	36,50
2019	389.860,00	1,00
2020	400.230,28	2,66
2021	410.836,38	2,65

Nota:

RECEITA PATRIMONIAL

PREFEITURA DE BREJETUBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

RECEITA DE SERVIÇOS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	155.000,00	
2017	0,00	0,00
2018	3.000,00	0,00
2019	3.030,00	1,00
2020	3.110,60	2,66
2021	3.193,03	2,65

Nota:

RECEITA DE SERVIÇOS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	33.550.854,12	
2017	34.147.880,42	1,46
2018	34.254.494,00	0,31
2019	34.597.038,84	1,00
2020	35.517.320,18	2,66
2021	36.458.529,16	2,65

Nota:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	157.213,08	
2017	159.198,54	1,26
2018	232.500,00	46,04
2019	234.825,00	1,00
2020	241.071,35	2,66
2021	247.459,74	2,65

Nota:

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

PREFEITURA DE BREJETUBA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ALIENAÇÃO DE BENS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	0,00	
2017	100.600,00	0,00
2018	205.900,00	103,78
2019	207.050,00	1,00
2020	212.557,53	2,68
2021	218.130,30	2,65

Nota:

ALIENAÇÃO DE BENS

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	732.300,00	
2017	0,00	0,00
2018	660.000,00	0,00
2019	666.600,00	1,00
2020	684.331,56	2,66
2021	702.466,35	2,65

Nota:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	0,00	
2017	0,00	0,00
2018	10.000,00	0,00
2019	10.100,00	1,00
2020	10.368,66	2,66
2021	10.643,43	2,65

Nota:

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

PREFEITURA DE BRS/RETUSA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2016	-3.896.099,27	
2017	-3.855.200,28	0,00
2018	-3.841.000,00	0,00
2019	-3.879.410,00	0,00
2020	-3.982.502,81	0,00
2021	4.088.141,27	0,00

Nota:

DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES

JOAO DO CARMO
DIAS:47831901787

Assinado digitalmente
por JOAO DO CARMO
DIAS:47831901787
Data: 2018.05.15
17:06:43 -0300

ARTUR CARDOSO
FILHO:63228890600

Assinado
digitalmente por
ARTUR CARDOSO
FILHO:63228890600
Data: 2018.05.15
17:06:54 -0300